

## Tales Faria

### Jorge Messias conquista voto do presidente nacional do PP

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União AP), confirmou nesta quinta-feira, 3, informação publicada pela coluna de que a sabatina do advogado-geral da União, Jorge Messias, só ocorrerá no ano que vem.

Messias foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente do Senado havia marcado a sabatina para a próxima quarta-feira, 10, mas desistiu. Justificou em nota ter sido “surpreendido com a ausência do envio da mensagem escrita” do Palácio do Planalto formalizando a indicação.

Na data em que Alcolumbre marcar a sabatina no ano que vem, Jorge Messias precisará ter sua indicação aprovada, primeiro, pela maioria dos 27 membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois, novamente terá que obter em plenário os votos de 41 dos 81 senadores da Casa.

Ele já está em campanha, tentando convencer, um a um, todos os senadores a aprovarem seu nome. Acaba de conquistar um voto muito importante: nada mais nada menos do

que o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), que também é uma dos membros da CCJ.

O apoio de Ciro é significativo porque, até então, se contava que Jorge Messias teria votos apenas dos partidos governistas como PT, PSB e PDT; daqueles próximos ao governo, como MDB e PSD; e de alguns senadores evangélicos. Isso soma, nas contas do governo, o apoio de cerca de 40 senadores.

O voto de Ciro Nogueira, por si só, permite contar a maioria para Messias, 41 votos. Mas tem um significado maior. Mostra que o advogado-geral da União também transita entre senadores do centrão e até entre aqueles oposicionistas históricos, o que dá a Messias uma margem de segurança.

Senadores oposicionistas ouvidos pela coluna afirmam que Messias é um nome “bem mais leve” do que outros dois indicados por Lula como ministros do STF e que já tiveram seus nomes aprovados, Flávio Dino e Cristiano Zanin.

Dino era ministro da Justiça de Lula e

principal voz do governo nos embates com a oposição no Congresso. Zanin foi o advogado pessoal do presidente durante toda o processo da Lava Jato.

Além disso, o tempo joga a favor de Messias, pois o presidente Lula pretende se reaproximar de Davi Alcolumbre, restabelecendo a boa relação que tinham até quando o presidente do Senado anunciou rompimento com o líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA).

Alcolumbre atribui ao líder a indicação de Jorge Messias, o que teria impedido que Lula indicasse para a vaga o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), candidato da preferência do presidente do Senado.

O problema é que o rompimento com o líder do governo – se mantido – dificultará as negociações entre o Palácio do Planalto e o Senado.

Lula não pretende entregar a cabeça de Jaques Wagner. Primeiro, porque o considera seu maior amigo entre os senadores. Depois, porque seria uma demonstração de fraqueza diante de Alcolumbre.

## Vinicius Lummertz\*

### Olavo de Carvalho avisou sobre o vazio da direita brasileira

A ascensão da nova direita brasileira ocorreu sobretudo como força de demolição, evidenciando as limitações de uma esquerda que, ao longo de décadas, aparelhou o Estado, consolidou influência nas universidades, formou quadros no Judiciário e construiu hegemonia cultural. Essa esquerda, sustentada por um distributivismo de origem sindical, e boas intenções, mostrou capacidade de mobilização política, mas pouco avançou na criação de riqueza ou na promoção efetiva da autonomia individual. A direita identificou essas falhas, mas não foi capaz de apresentar uma alternativa consistente. Faltaram projeto, linguagem, formação e estrutura.

Olavo de Carvalho, ideólogo da direita bolsonarista, alertou, desde cedo, que a vitória eleitoral de 2018 não representava a conquista do poder real. Governo não é hegemonia. O bolsonarismo confundiu mobilização digital com liderança, indignação com estratégia e intensidade retórica com construção institucional. O poder, no Brasil, encontra-se ancorado nas estruturas que moldam linguagem e consciência coletiva: universidades, imprensa, Judiciário e cultura. É nesse ambiente que persiste um marxismo cultural difuso, herança da Guerra Fria e alimentado por uma sociologia marcada pelo ressentimento estrutural de um país desigual. Tremendamente desigual.

A elite econômica brasileira tampouco se dispôs a disputar o país. Historicamente adaptada aos governos eleitos, preservou sobrevivência e prioridades imediatas; e evitou confrontos intelectuais de longo prazo. Assim, iniciativas destinadas a romper o distributivismo e promover um país rico com povo rico sempre encontraram a barreira de uma classe dominante menos disposta a disputar modelos de desenvolvimento.

A formulação mais robusta da nova direita foi a agenda econômica de Paulo Guedes, tecnicamente sólida e alinhada ao liberalismo contemporâneo e a luta pela competitividade da economia brasileira. No entanto, reformas sem narrativa e capacidade de reverberação, tem dificuldade de sobreviver, e mudanças econômicas desprovidas de sustentação cultural tendem a se dissipar. A Lava Jato, que por um momento reuniu moralidade pública e clamor social por mudança, também se perdeu. Faltou compreensão das regras institucionais e capacidade de converter indignação moral em política pública estruturada.

A fragilidade intelectual da direita reapareceu de forma clara na recente vitória na votação da lei ambiental. Durante anos, sem legislação, o país viveu sob um caos jurídico no licenciamento que atrasava obras e investimentos, enquanto o governo do PT evitava o debate; como já fizera em momentos cruciais, entre eles o Plano Real e o Código Florestal. Este último, elaborado por Luiz Henrique da Silveira no Senado e Aldo Rebelo na Câmara, tornou-se referência internacional por equilibrar proteção e produção. Ainda assim, a direita não conseguiu transformar essa conquista em narrativa nem capital político.

O alerta de Carvalho sobre a superficialidade da direita torna-se particularmente visível no caso de Santa Catarina, e o estranho caso de Carlos Bolsonaro virando político em eleição majoritária em Santa Catarina. O estado que lidera os principais indicadores sociais e econômicos do Brasil, resultado de uma cultura política liberal, de um setor privado inovador e de redes municipais eficientes, viu-se recentemente pressionado por uma política baseada no antagonismo e no ruído. Santa Catarina representa, de forma rara, o

que a direita afirma defender, constataria Olavo de Carvalho. Economia aberta, educação acima da média nacional, segurança pública elevada, industrialização diversificada e forte imigração produtiva. Transformar esse estado em palco de disputas culturais radicais pode ser artificial e contraproducente. A chegada de Carlos Bolsonaro, que tem alto valor na luta pelo bolsonarismo, simboliza esse desencontro entre uma política de mobilização digital e um território moldado pela eficiência. É como se o ambiente superficial previsto por Olavo alcançasse o estado que mais resistia a ele, revelando a persistente fragilidade intelectual da nova direita.

Hoje, parte da direita ainda aposta em soluções externas, como o eventual retorno de Donald Trump à Casa Branca, numa expectativa que contraria o princípio de autonomia defendido pelo próprio Olavo. O problema permanece interno: falta pensamento, falta formulação, falta elite, falta institucionalidade. O governo republicano norte-americano tem sua estratégia, com a volta da Doutrina Monroe com a ideia das Américas para os americanos. Esse é o fato “lotérico” do jogo que poderá ou não, dar um novo empuxo a direita.

Olavo de Carvalho previu que a esquerda voltaria ao poder. A demolição da esquerda promovida pelo bolsonarismo e pela Lava Jato foi intensa, mas a construção não veio a tempo. Não que fosse fácil. Enquanto a direita não transformar energia em estrutura, indignação em pensamento e votos em poder real, poderá disputar o futuro, poderá ganhar mas poderá não levar.

\*Vinicius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.

## Ricardo Bruno\*

### Quando o crime veste terno: a falha institucional que levou TH Jóias ao Parlamento

A presença de Thiago Raimundo dos Santos, o famigerado TH Jóias, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro não foi apenas um equívoco político — foi uma imperdoável falha institucional. Um representante do crime organizado ocupando uma cadeira no parlamento fluminense não é erro menor; é a prova viva de que o sistema democrático pode, sim, ser capturado por aquilo que deveria combater. Sua posse foi a consagração do absurdo. Um corpo estranho, uma afronta ética, um insulto à sociedade.

Mas é aqui que a análise precisa romper a superfície. Não basta apontar o dedo para a classe política, como sempre se faz. Houve algo maior, mais grave, mais estrutural: falharam as instituições. E falharam com estrondo. Como a Justiça Eleitoral referendou a candidatura de alguém já preso em 2017

por envolvimento com facções criminosas? Como o Ministério Público assistiu, inerte, ao ingresso de um personagem que o Estado conhecia — e tolerou?

TH Jóias não chegou ao topo pela porta da frente. Era apenas suplente, esquecido com pouco mais de 15 mil votos — até que o destino abriu um flanco: Rafael Picciani para o secretariado, Otoni de Paula Pai morto. E, subitamente, o parlamento fluminense se viu prestes a carregar o carimbo histórico de ter um representante do tráfico sentado em uma das suas cadeiras. Onde estavam, então, os filtros que deveriam barrar o inaceitável?

É cômodo transformar “os políticos” nos vilões absolutos da degradação moral da República. O discurso cola, rende manchetes, agrada plateias. Mas omite a verdade fundamental: Judiciário e Ministério Público fa-

lharam de forma retumbante no controle do processo eleitoral. Não foi só a política que errou — se é que errou. O erro foi anterior, institucional, estrutural.

Este episódio exige mais que lamento — exige memória. Exige responsabilidade. O Legislativo conviveu com a aberração porque foi empurrado a ela. A rotina, por mais abominável que pareça, tende à normalização do grotesco. É quando o crime senta, conversa e negocia projetos sob o manto da legalidade, já não é apenas crise — é degradação civilizatória.

Ou o país encara essa falha de frente, ou continuará fingindo surpresa quando a barbárie vestir terno e tomar assento no plenário.

\*Jornalista. Editor-executivo do Agenda do Poder

## Dora Kramer\*

### De guardião à suprema exceção

Não existe lei velha, lembra Gustavo Sampaio, professor de direito constitucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Existe a lei e, como tal, deve ser respeitada até que os legisladores decidam mudá-la em deliberação do Congresso Nacional. É a competência conferida ao colegiado pela regra da República.

Na visão do ministro Gilmar Mendes, contudo, a norma pode ser adaptada à conveniência dos ministros do STF, que temem retaliações políticas.

Sendo assim, o decano da corte achou por bem imprimir urgência ao assunto e decidiu retirar liminarmente o direito dos cidadãos e dos representantes dos estados no Senado de pedir o impedimento de magistrados supremos para conferir a prerrogativa exclusivamente ao procurador-geral da República.

Primeiro, não existe a presumida premência, a não ser na suposição de que a eleição de 2026 venha a colocar no Senado dois terços de perseguidores do Supremo — que teriam o poder de ignorar os requisitos legais para o impeachment, nenhum deles relacionado ao conteúdo de sen-

tenças. Todos referentes a procedimentos perfeitamente passíveis de questionamentos.

Segundo, há a separação dos Poderes, que implica autonomia, harmonia, mas também exercício de controle mútuo. Daí ser função do tribunal em tela julgar parlamentares e destes a tarefa de analisar e decidir sobre impeachments de presidentes submetidos à mesma lei 1.079, vigente há 75 anos sem a contestação dos constituintes de 1988.

Não há justificativa republicana para que o Supremo seja deslocado do papel de guardião para o lugar de autoridade acima da lei. Neste raciocínio, nada impediria de amanhã os chefes do Executivo receberem o privilégio de ficarem fora do alcance dos cidadãos.

Aberto o precedente, o inferno é o limite para a restrição de direitos. Na próxima semana, o pleno do STF decide se acompanha ou não o decano. Caso dê aval, vai se igualar aos parlamentares que atuam para se proteger das consequências de seus atos na Justiça.

\*Jornalista e comentarista de política

## EDITORIAL

### Viagem ao horror em um estande da CCXP

Se existe um sentimento difícil de criar no mundo, esse sentimento é magia. E a CCXP, mesmo que por alguns breves momentos, consegue fazer isso com maestria.

Na edição 2025, o evento está dominado por mundo mágicos representados pelo cinema, pelos quadrinhos e pelos videogames, mas talvez nenhuma outra ativação tenha sido tão efetiva em criar magia quanto o estande de “IT: Bem-Vindos a Derry!”, série do HBO Max que explora as origens do palhaço Pennywise, protagonista da obra-prima do medo de Stephen King.

A experiência consiste em entrar em um cinema abandonado, onde um lanterninha possuído guia o grupo rumo à sessão. Tudo é meticulosamente posicionado para recriar o ambiente e a tensão da série. O elenco que interpreta os personagens está afiadíssimo,

e a ativação conquista por realmente arrancar gritos de horror de alguns participantes.

Ao final, estragando a surpresa, o próprio Pennywise ataca o grupo. Obviamente não é o ator Bill Skarsgård, mas é um ator brasileiro ostentando figurino e maquiagem simplesmente idênticos ao filme. Ele pula para cima do grupo, criando o mais puro horror.

Ao final da experiência, o público “escapa” do cinema e é apresentado com um balão vermelho, marca registrada do palhaço assassino, e um pin do vilão.

É o estande mais espetacular de toda a feira Geek justamente por sua autenticidade. É uma ativação relativamente simples, é um “túnel do medo” com personagens famosos, mas tem uma execução tão primorosa que consegue transportar o público para o ambiente da série e sua pura magia do horror.

## Opinião do leitor

### Pisou na carta

O decano do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes esticou a corda. Brincou com fogo. Com a excrescência jurídica, Gilmar Mendes conseguiu outra façanha, unir senadores e deputados de todos os partidos. A indignação é geral. Ganhou a unanimidade do contra.

Vicente Limongi Netto  
Brasília - Distrito Federal

## Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)  
Paulo Bittencourt (1929-1963)  
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)  
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)  
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil  
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.